

Crescimento e crise na Argentina, nos séculos XIX e XX: análise do período Frondizi*

Vinícius Dias Fantinel**

*Pesquisador em Economia da Fundação de Economia e Estatística e Doutorando em Economia Aplicada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais e do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Maria Heloisa Lenz***

Resumo

O presente trabalho analisa as principais políticas econômicas e sociais implementadas na Argentina no período compreendido entre o final do século XIX, quando o País experimentou o início de seu intenso crescimento, até o século XX, o qual foi marcado por diversas instabilidades políticas e econômicas, causando o fim do período de crescimento acelerado, que acabou culminando com a chegada ao poder de Perón e Frondizi. O trabalho está dividido em três partes. Na primeira parte, são examinadas as características do período de crescimento iniciado no século XIX, a Belle Époque. Na segunda parte, dedicada ao século XX, são examinadas as principais características do mesmo, com destaque para o governo peronista. Na terceira parte, é analisado o período do governo de Frondizi, com ênfase na sua política industrializante, evidenciando o caráter do desenvolvimentismo econômico proposto pelo Presidente.

Palavras-chave

Argentina; Frondizi; crises econômicas.

* Artigo recebido em jan. 2014 e aceito para publicação em nov. 2014.
Revisor de Língua Portuguesa: Mateus da Rosa Pereira.

** E-mail: vinicius@fee.tche.br

*** E-mail: heloisalenz@ufrgs.br

Abstract

This paper analyzes the main economic and social policies implemented in Argentina during the period between the late nineteenth century, when the country experienced the beginning of its intense growth, until the twentieth century, which was marked by several political and economic instabilities, causing the end of the period of accelerated growth, which culminated in the coming to power of Perón and Frondizi. This study is divided into three parts. The first part examines the characteristics of the growth period started in the nineteenth century, the Belle Époque. The second one is devoted to the twentieth century and examines its main features, especially Perón's administration. The third one analyzes Frondizi's presidency, focusing on its industrialization policy, emphasizing the character of the president's proposed economic developmentalism.

Keywords

Argentina; Frondizi; economic crises.

Classificação JEL: N16, N46.

Introdução

O objetivo principal deste trabalho é analisar três períodos da história econômica argentina: o final do século XIX; o século XX, com as turbulências do governo peronista; e o governo de Frondizi, enfatizando este último. O governo de Frondizi, que governou o País entre 1958 e 1962, é um período pouco estudado na história argentina. A Argentina é principalmente lembrada em dois momentos: pelo seu período de intenso crescimento iniciado no final do século XIX, a Belle Époque, e também no século XX, pelas turbulências do período peronista. Entretanto o período de Frondizi, que sucedeu a todos esses acontecimentos, ficou obscurecido indevidamente, pois o seu caráter desenvolvimentista trouxe características inéditas para o seu governo.

O crescimento iniciado no final do século XIX, o qual foi alavancado com a abertura de novas terras, a imigração europeia e as exportações de produtos agrícolas, foi levado à exaustão até os anos 30, sendo sucedido pelo governo de Perón, que governou a Argentina no período 1946-55. Pe-

rón trouxe uma mudança radical na condução da economia, não só no tratamento das questões sociais e econômicas, mas principalmente nas novas relações com as classes populares. Com a queda de Perón por um golpe militar, ocorreu um período conturbado politicamente, quando foi instalado um governo provisório. Foi nessa sequência que Frondizi assumiu o governo nacional.

O período de adoção do modelo primário-exportador iniciou-se por volta de 1860-70 e terminou, para a maior parte dos autores, no ano de 1930. Esse término foi determinado principalmente pela Grande Depressão de 1929, que assolou os países capitalistas desenvolvidos. O auge desse período de intenso crescimento econômico argentino iniciou-se nos anos 80 do século XIX e foi até momentos antes do início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, momento em que houve uma queda no crescimento determinado por questões internacionais, já que nesse modelo havia profunda dependência argentina do mercado externo. Nesse período, o crescimento econômico argentino foi impulsionado pelo aumento de suas exportações, que tinham como principal destino a Inglaterra.

A partir de 1930, a Argentina teve de buscar um novo rumo para a sua economia. A Grande Depressão de 1929 havia gerado uma crise econômica global, que fez com que houvesse diminuição do comércio mundial. Essa situação foi agravada com a Segunda Guerra Mundial, que conteve mais ainda as transações comerciais. A indústria desenvolveu-se nesse momento, principalmente voltada ao mercado interno.

Juan Perón assumiu o comando da Casa Rosada, Presidência da Argentina, no período de 1946 a 1955. No momento em que Perón assumiu a Presidência, foi iniciado na Argentina um fenômeno político característico da América Latina do pós-guerra: um governo forte, cuja liderança detinha o apoio popular e era adepto do discurso e da prática nacionalistas. A política econômica do Presidente era fortemente caracterizada por uma grande participação do Estado na condução e na regulamentação da economia, monopolizando o comércio exterior e nacionalizando vários setores da economia.

Estava presente na Argentina, sob o comando de Perón, um fenômeno chamado por alguns de “populismo”, que localmente passou a ser chamado de **Peronismo**. Perón incentivou a ampliação dos direitos trabalhistas e a organização dos movimentos sindicais argentinos. A sua perspectiva política coadunava tanto elementos de caráter populista quanto mecanismos de centralização do poder.

Já Frondizi, que assumiu o poder em 1958, possuía um discurso mais moderno, com referências claras aos problemas estruturais do País, e trazia uma proposta nova, na qual ressaltava a importância do desenvolvimento

das forças produtivas e o papel que os empresários deveriam cumprir. Durante o seu governo, foram efetuados diversos investimentos na indústria, objetivando retirar a Argentina da situação de estagnação econômica em que se encontrava no fim da década de 50. O Presidente buscava as novas bases para a consolidação da modernização argentina. Sua política econômica planejava promover a desnacionalização da economia com o incentivo aos investimentos de capitais estrangeiros, favorecendo a iniciativa privada em setores de responsabilidade estatais. As leis de permanência de capitais estrangeiros e de promoção industrial, sancionadas antes do fim de 1958, eram base da sua política econômica. Seu programa econômico propunha o fomento de investimentos externos na economia argentina, com entrada de capital e tecnologia, de modo a possibilitar a substituição das importações, a diversificação das exportações e a consolidação de uma política fiscal voltada para o desenvolvimento.

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma. Na primeira parte, são examinadas as características do período de crescimento iniciado no século XIX, a Belle Époque. Na segunda parte, dedicada ao século XX, são examinadas as suas principais características, com destaque para o governo peronista. Já na terceira parte, é analisado o período do governo de Frondizi, com ênfase na sua política industrializante e evidenciando o caráter do desenvolvimentismo econômico proposto pelo Presidente.

O crescimento da economia argentina: final do século XIX e início do século XX

A Argentina experimentou um período de intenso crescimento no final do século XIX, a chamada Belle Époque, a ponto de no início do século XX despontar como uma das mais importantes nações em relação ao crescimento econômico. Conforme Lenz (2004), esse intenso crescimento levou a Argentina a ser comparada a países como Estados Unidos e Canadá. Entretanto, ao longo do século XX, o País passou a enfrentar períodos com enormes problemas econômicos, sociais e políticos. O final dessa fase de crescimento econômico ainda é objeto de intenso debate na literatura¹, variando entre 1914 e 1929, mas, independentemente dessa discussão, o fato

¹ Em suma, a discussão entre as várias posições mostra unanimidade em relação às causas do esgotamento do modelo argentino de crescimento aberto por volta dos anos próximos da Primeira Guerra Mundial — o estreitamento monetário europeu na segunda metade de 1913, que reduziu o fluxo de capitais, a falência das colheitas de 1914, e também a Primeira Guerra Mundial —, sendo que a discordância gira em torno da profundidade da crise e da manutenção do crescimento durante os anos 20 (Lenz, 2006).

é que, ao longo do século XX, a Argentina sofreu períodos de intensa instabilidade econômica, política e social. Contudo o mais importante é que o período de crescimento que iniciou no final do século XIX se caracterizava por uma grande abertura com o exterior. O grande parceiro argentino era a Grã-Bretanha, relação fortalecida através da transferência de produtos, de mão de obra e, principalmente, de capitais. Esses capitais, que chegaram ao País sob a forma de investimento estrangeiro, eram preponderantemente de origem britânica e destinados primordialmente à construção de estradas de ferro no País. O alto grau de desenvolvimento econômico alcançado pela economia europeia, principalmente o logrado pela Inglaterra, de acordo com Cortés Conde (1963), culminou na ampliação dos mercados além dos seus níveis nacionais.

Furtado (2007) menciona que a Argentina foi um país que cresceu muito devido ao processo de expansão de suas exportações, que tinham como destino a Europa. Para o autor, a sociedade e a economia argentina sofreram profundas modificações, principalmente devido às ondas de imigrações provenientes da Europa desde a segunda metade do século XIX e da penetração de grandes quantidades de capitais internacionais.

A Argentina, segundo Cortés Conde (1963), possuía condições especiais para se tornar receptora de capitais europeus, principalmente ingleses. O País possuía, por volta de 1860, uma organização política relativamente estável e um sistema jurídico que garantia segurança aos investimentos realizados por estrangeiros. Ademais, havia facilidade para se realizarem investimentos, pois não havia limites às remessas de lucros ao exterior e o capital era altamente rentável. Por último, também havia grandes quantidades de recursos naturais, sendo uma região propícia para o desenvolvimento de uma economia primário-exportadora.

A partir das décadas finais do século XIX, o livre mercado e a abertura ao capital estrangeiro constituíram a visão do mundo que sustentou a estratégia do modelo primário-exportador: comércio, imigrantes e capitais. As construções das ferrovias resolveram o problema dos transportes, reduzindo radicalmente os fretes e possibilitando que os territórios mais rechaçados dos portos de embarque e dos centros de consumo entrassem no processo produtivo.

Em relação ao papel do Estado, não havia políticas creditícias preferenciais para os investimentos industriais e outros instrumentos de políticas ativas de transformação efetiva, o que configurou a política da economia primário-exportadora.

O ajuste do sistema monetário ao padrão-ouro equilibrava o balanço de pagamento através de seu mecanismo, garantia a estabilidade da moeda nacional, não permitia a expansão monetária sem lastro no ouro e fazia com

que o governo argentino cumprisse os acordos relativos ao pagamento da dívida pública externa.

Conforme destaca Cortés Conde (1974), a expansão argentina nesse período não somente se reduziu ao mercado externo. Pode-se dizer que, com a redução dos custos de transportes e a incorporação de terras férteis, surgiu também um mercado nacional, o qual incentivou o surgimento de indústrias. A composição das importações mostrava a inexistência de uma política de promoção do desenvolvimento de determinados setores da atividade manufatureira. O desenvolvimento industrial ficou restrito a algumas indústrias de pouca densidade de capital e baixa complexidade técnica, sobretudo a alimentícia e a metalúrgica leve, além das destinadas à exportação, como a frigorífica.

A Argentina do século XX: consequência da Crise de 1929 e a chegada do peronismo

Para Lenz (2004), nas primeiras décadas do século XX, as indústrias apareceram nos ramos que possuíam matéria-prima mais próxima aos locais de produção e cujos preços permitiam competir com a produção importada e chegar aos mercados estrangeiros.

A situação econômica argentina sempre foi de alto crescimento econômico na época analisada, exceto nos períodos da crise bancária de 1890 e durante a Primeira Guerra Mundial. O crescimento foi maior no período posterior à crise de 1890 até a Primeira Guerra Mundial. Cortés Conde (1974) revela que, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, a Argentina havia obtido um crescimento extraordinário de cinco décadas. A Argentina havia passado de um país pobre e atrasado para um dos de renda *per capita* mais alta do mundo.

O resultado da Primeira Guerra Mundial, assim como a crise que abalou o sistema capitalista em 1929, afetou profundamente os países da América Latina, e, portanto, a Argentina, influenciando suas opções de crescimento. Como marco da política internacional, ocorreu o declínio da Grã-Bretanha como principal potência hegemônica no sistema ocidental, marcando, concomitantemente, a ascensão dos Estados Unidos para essa posição. Os Estados Unidos saíram da Primeira Guerra Mundial como a nação mais favorecida, passando da posição de potência regional para mundial. Uma decorrência natural dessa nova posição foi o aumento de sua influência nos países da América Latina, começando um movimento que se denominou “expansão da influência do dólar na área tradicional da libra”. A Argentina, principal país exportador de produtos alimentícios, com seu de-

sempenho sempre ligado ao aspecto externo — mão de obra, capital e mercado externo —, teve de buscar novas alternativas.

Na década de 20, quando as condições externas se modificaram, pon-do fim à entrada de imigrantes e de capitais estrangeiros no País, a economia argentina já estava mostrando sinais de saturação em relação à sua capacidade de absorver recursos externos, apresentando dificuldades em encontrar novos caminhos para substituir a economia primário-exportadora.

A partir dos anos 30 do século XX, assim como a maioria dos demais países da América Latina, a Argentina começou a formular um modelo alternativo, iniciando, dessa forma, o processo de industrialização substitutivo de importações sob o manto do nacionalismo e da proteção econômica. O objetivo era tanto a construção de um parque industrial como também a construção de um forte mercado interno.

Segundo Diaz Alejandro (2002), o Produto Interno Bruto (PIB) argentino sofreu redução real de aproximadamente 14% entre 1929 e 1932. Após esse momento de contração econômica, o PIB voltou a se expandir, ano após ano, até 1940. Entre 1929 e 1939, o PIB argentino apresentou acréscimo real de 15%. O valor agregado das manufaturas argentinas foi incrementado em 62%. Apesar da redução de volume de exportações na década de 30, alguns produtos ainda possuíam importância na pauta de exportações. Os principais produtos de exportação na década de 30 continuaram sendo o trigo e a carne, representando 37% e 39% do valor total, respectivamente (Fausto; Devoto, 2004).

A indústria, segundo Rapoport (2000), passou a ser o impulsionador do crescimento econômico e gerou uma importante transformação na estrutura produtiva, a qual acelerou o processo substitutivo de importações. Os setores de maior crescimento eram aqueles que se destinavam à produção de bens de consumo final, os quais eram mais intensivos em capital e importavam maquinarias e insumos intermediários necessários à sua produção.

Para Fausto e Devoto (2004), a neutralidade argentina na Segunda Guerra Mundial agravou a situação, pois “batia de frente” com o país mais poderoso da época, os Estados Unidos. Nesse período, o Brasil fazia aliança com os EUA, e a Argentina perdia muitas oportunidades de investimentos.²

Em 1943, o Presidente Ramon Castillo foi deposto pelos militares, que assumiram o controle do País. A partir desse ano, despontava a figura do militar Juan Perón, que evoluía cada vez mais no cenário político argentino. Desde 1943, o Coronel Juan Domingo Perón já ganhava destaque no Go-

² O País somente aderiu aos Aliados — constituídos por Estados Unidos, Inglaterra e França — em 1944.

verno como Ministro do Trabalho e da Previdência Social, atraindo para o regime o apoio dos sindicatos. Como responsável pelas secretarias do Trabalho e da Previdência, interveio amplamente nas relações trabalhistas. Desde o início, o Governo Militar teve o apoio dos trabalhadores, já que o salário teve um incremento real significativo e houve a criação de inúmeros benefícios. Em 1945, o Coronel acumulou também os cargos de Ministro da Guerra e Vice-Presidente.

A política econômica peronista caracterizou-se por ser fortemente intervencionista e por buscar promover a industrialização. Foi responsável por nacionalizar diversos setores da economia nacional e também pela realização de políticas sociais, que melhoraram substancialmente a condição de vida dos trabalhadores locais.

A Argentina acabou por não aderir aos acordos de Bretton Woods e investiu em acordos bilaterais. Perón não acreditava na liberalização e na multilateralização da economia e optou por adotar políticas fortemente intervencionistas, contrariando a maior parte do mundo desenvolvido naquele momento (Candeas, 2005).

De acordo com Rapoport (2000), as medidas sociais lançadas em 1945 foram ampliadas no período 1946-49. Os salários começaram a subir consideravelmente através de negociações coletivas asseguradas por lei. Também houve a introdução e a ampliação de muitos benefícios, como as férias remuneradas, as licenças por doença e os sistemas sociais de saúde e turismo, havendo uma presença ativa dos sindicatos.

Não obstante, as melhorias das condições de vida da população foram diminuídas substancialmente nos anos que se seguiram à crise de gastos estatais de 1949. Os gastos públicos foram reduzidos, e o Governo já não tinha mais recursos suficientes para financiar a sua política de desenvolvimento social. Existiam poucos investimentos externos, e as abundantes reservas internacionais tinham-se reduzido sensivelmente com o passar dos anos.

Essa distribuição de renda e riqueza em favor dos trabalhadores foi financiada através da realização de gastos públicos exorbitantes, sendo responsável por reduzir em grande quantidade a riqueza argentina obtida durante a Segunda Guerra Mundial. Essa situação acabou se tornando insustentável, visto que o crescimento econômico argentino também se reduziu fortemente durante o governo peronista.

A nacionalização de grande quantidade de empresas teve um papel muito importante na evolução do setor público. Segundo Diaz Alejandro (2002), esse processo dava ao Estado a possibilidade de corrigir alguns desequilíbrios econômicos, visto que se tornava mais responsável pela geração de empregos e ampliação e melhoria dos serviços públicos. Foram

nacionalizados os setores de distribuição nacional de gás, de telefonia, dos transportes (estradas de ferro), entre outros.

De acordo com Bussola (2008), a nacionalização das estradas de ferro teve um importante valor simbólico para a Argentina, já que cortou os laços com os capitais estrangeiros e inaugurou um período de relativa independência econômica, concedendo ao Governo o seu caráter nacionalista. Entretanto essa situação impediu a realização de novos investimentos externos na economia argentina, fator que impossibilitou um maior crescimento econômico argentino no período peronista.

Em 1952, após sua reeleição, Perón apresentou o Segundo Plano Quinquenal, que entraria em vigor em 1953 e teria validade até 1957. De acordo com o Plano, o Estado seria responsável pelo controle do comércio exterior guiado pelo objetivo de defender a produção nacional e obter termos de troca equitativos. A gestão do plano era orientada para a consolidação dos mercados de exportação e importação, e alguns setores-chave eram fixados de acordo com uma ordem de prioridades (Haines, 2008).

A política internacional peronista foi denominada Terceira Posição, pois estava equidistante do bloco capitalista, liderado pelos EUA, e do socialista, liderado pela União Soviética. De acordo com Candeas (2005), com essa política de não alinhamento, a Argentina procurava a máxima autonomia dentro do Hemisfério Ocidental.

No segundo mandato de Perón (1952-55), o antiamericanismo acabou sendo revertido de forma pragmática, e foi iniciada uma fase de fluxo de capitais estadunidenses ao País. Foi celebrado inclusive um acordo com a Standart Oil em 1955, que previa a constituição de uma “Califórnia Argentina de Petróleo S.A.”. Essa transferência de capitais estrangeiros foi de fundamental importância para uma recuperação parcial da economia argentina. A riqueza do País havia sido reduzida consideravelmente, e fazia-se necessário o ingresso de investimentos externos para não dificultar ainda mais a sua conjuntura econômica.

Para Gerchunoff e Llach (2003), o governo peronista assumiu uma postura nacionalista e industrializante, restringindo as importações que pudessem competir com as indústrias nacionais, e se responsabilizou por fornecer créditos subsidiados à indústria local. Ademais, o Instituto Argentino para la Promoción del Intercambio (IAPI) monopolizou a comercialização agrícola e transferiu a renda obtida para o setor industrial.

A evolução do investimento industrial coincidiu com a do produto. Para Diaz Alejandro (2002), os investimentos industriais em máquinas e equipamentos, imprescindíveis para qualquer melhoria tecnológica e produtiva, foram extremamente importantes no período 1946-48, sendo resultado, sobretudo, de importações de origem estadunidense. Entre 1949 e 1952, o

setor industrial obteve um desenvolvimento mais lento que nos anos anteriores. A taxa de crescimento global foi de 2,9%, e os setores mais dinâmicos foram máquinas e aparatos elétricos, derivados do petróleo, veículos e produtos têxteis.

Mesmo com a redução da participação da indústria alimentícia em relação ao total, ela conseguiu manter-se preponderante no período peronista. Em segundo lugar em participação, encontrava-se o setor têxtil, mostrando-se forte durante o período. O setor passou por um incremento nos primeiros anos do governo de Perón e depois declinou, chegando a um nível um pouco mais baixo se comparado com o do fim da Segunda Guerra Mundial.

O processo de industrialização havia permitido substituir importações de maneira que, em meados da década de 50, fabricava-se localmente um conjunto de bens de consumo substancialmente maior e que antes se comprava do exterior. Porém esse processo suscitou um crescimento veloz da importação de insumos diretos e indiretos, além de máquinas. Portanto, pode-se dizer que a produção industrial argentina era extremamente dependente dos ciclos econômicos mundiais. No longo prazo, seu crescimento dependia de que as exportações geradas pelo Setor Primário agropecuário gerassem divisas suficientes para cobrir as importações de insumos e de bens de capital.

Quando Perón iniciou seu mandato em 1946, o novo Governo herdou uma importante quantidade de reservas internacionais, cerca de US\$ 1,6 bilhão. Entre 1946 e 1948, o Governo adotou uma política claramente expansionista, estimulando fortemente a produção industrial e realizando uma redistribuição de rendimentos em favor dos setores populares (Diaz Alejandro, 2002). A oferta monetária aumentou 250%, o gasto público passou de 16 para 29% do PIB, e os salários e benefícios sociais foram consideravelmente elevados (Ferrer, 2006).

Nesses três primeiros anos de governo, o PIB cresceu 16% em termos reais, enquanto os bens e serviços disponíveis foram aumentados em 29%. As importações, que foram muito reduzidas durante o período pós Depressão, delimitadas pela redução para capacidade de importar do País, cresceram aceleradamente nesses anos (Fausto; Devoto, 2004). Além disso, o capital estrangeiro, que em 1913 era equivalente a 50% do ativo fixo do País, foi reduzido para 5% em 1955. As mudanças na estrutura produtiva, a elevação do emprego na indústria e nos serviços, o aumento das migrações internas, a urbanização e as políticas sociais peronistas contribuíram em grande escala para a integração do tecido social e para o estabelecimento de maior equidade na distribuição de renda.

A taxa média de crescimento real do PIB, no período compreendido entre 1946 e 1955, foi de 3,6%, sofrendo, entretanto, oscilações de elevadas

amplitudes. Nos três primeiros anos, o crescimento foi bastante acelerado, alcançado o pico em 1947, com 11,1% de crescimento. Após três anos de elevado crescimento, a taxa de crescimento do PIB reduziu-se drasticamente no ano de 1949, sendo inclusive negativa. Nos dois anos subsequentes, houve uma recuperação, situação que piorou muito com a queda de 6,6% em 1952. Contudo, nos três anos seguintes, houve uma inflexão na conjuntura determinada por acréscimos no PIB de no mínimo 4% em relação aos anos anteriores. O investimento, que foi muito reduzido durante a Segunda Guerra Mundial, aumentou consideravelmente a partir de 1945. Sofreu reduções nos anos de 1952 e 1953, mas se recuperou nos dois últimos anos do Governo. Em 1955, atingiu índice menor somente que nos três primeiros anos do Governo.

O consumo também obteve alto crescimento no período do governo peronista. Os maiores crescimentos ocorreram nos anos de 1946 a 1948, mas continuou crescendo até 1951, contudo, a taxas menores. Após uma queda no ano posterior, somente em 1954 o valor consumido superou o de 1951, voltando a crescer no ano subsequente, representando o melhor valor da época analisada.

A chamada etapa “clássica” do peronismo abarcou um lapso de tempo de apenas três anos, entre 1946 e 1948. Já em 1949, a economia entrou em crise, principalmente devido à queda nos preços de intercâmbio argentino, enfraquecendo os mecanismos de sustentação do Primeiro Plano Quinquenal, que apoiava a industrialização e se viu prejudicado pelos problemas de déficit na balança comercial.

Para Diaz Alejandro (2002), com a diminuição das exportações do País a partir de 1949, houve um grande estrangulamento de divisas, pois a substituição de importações nos três anos anteriores não deixou quantidade suficiente requerida para a economia argentina continuar crescendo a altas taxas. Após sua reeleição em 1952, Perón conseguiu implantar medidas que, apesar de impopulares, visavam combater a inflação e os déficits nas contas externas. Dessa forma, o plano econômico de 1952 resultou na redução dos gastos do Governo em mais de 20% e na adoção de uma política monetária restritiva. A moeda foi desvalorizada, e o Governo introduziu um reajuste nas tarifas dos serviços públicos (Diaz Alejandro, 2002).

Dessa forma, o plano de estabilização tornou a inflação controlada, enquanto em relação às contas externas o problema foi resolvido apenas temporariamente, já que, depois de grandes déficits nos anos 1951 e 1952, essas contas se tornaram superavitárias em 1953 e 1954, mas voltaram a apresentar déficits já em 1955 (Rapoport, 2000).

Em 16 de setembro de 1955, um golpe de Estado denominado Revolução Libertadora derrubou Perón do Governo, assumindo o cargo, de manei-

ra provisória, Eduardo Lonardi. Dois meses depois, Lonardi teve de renunciar e acabou sendo substituído pelo General Pedro Aramburu, que tinha uma relação mais próxima aos setores antiperonistas (Romero, 2006). Aramburu, que governou provisoriamente até 1958, foi o responsável por dissolver o Partido Peronista, o que causou muitas revoltas nos sindicatos.

Em 1956, a Argentina aderiu ao Acordo de Bretton Woods, passando a ter acesso ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Também se substituiu a política de acordos bilaterais pela participação multilateral de comércio. Foi reaberta a dependência a empréstimos internacionais, que tinham a função de financiar a infraestrutura e compensar os desequilíbrios comerciais.

Análise do Governo Frondizi: período 1958-62

Frondizi surgiu como um intelectual progressista, proveniente da esquerda da Unión Cívica Radical (UCR) e era um político opositor aos conservadores, aos militares, ao peronismo e à direita de seu próprio partido. Presidiu o Governo entre maio de 1958 e março de 1962 e era favorável ao nacionalismo econômico e ao progressismo e defendia a anistia aos presos políticos.

O desenvolvimento argentino identificava um bloco social que buscava a promoção do progresso, integrado pelos empresários industriais, os trabalhadores, parte dos intelectuais, a Igreja e o Exército. Contrário a esse bloco, exista outro composto pelo setor latifundiário e incluía a maior parte dos grupos relacionados à Argentina agroexportadora, considerados por eles responsáveis pelo subdesenvolvimento argentino (Caraballo; Charlier; Garulli, 1998).

A estratégia do novo Governo era baseada na ideia de que não poderia esperar-se um novo crescimento do setor agropecuário e também que o País tinha que tomar uma nova diretriz de um desenvolvimento industrial integrado, com base no processo de substituição de importações. Souza (2008) destaca que a proposta desenvolvimentista do novo Presidente combinava a ação do Estado e a presença de capital estrangeiro.

A retórica do novo Presidente incorporava o tema do desenvolvimento, associava-o aos investimentos estrangeiros e condenava o velho imperialismo britânico. Todas as forças do País moderno foram convocadas a se unir em oposição aos interesses locais e externos forjados na fase agroexportadora.

Frondizi implementou um programa econômico desenvolvimentista, que seria responsável por retirar o País de um período de estagnação eco-

nômica em que se encontrava desde o começo da década de 50. Tal programa privilegiou investimentos do Estado na indústria de base e petroquímica, além do setor de transportes (Souza, 2008).

Ao iniciar seu governo, Frondizi não apenas encontrou uma economia com graves problemas estruturais, mas também com uma conjuntura complicada. Conforme Acotto e Giugliano (2000), o comércio exterior havia alcançado um déficit elevado, e as reservas internacionais do Banco Central argentino reduziram-se fortemente, além de uma considerável parcela já se encontrar comprometida para o pagamento dos próximos vencimentos de créditos externos. Esse panorama econômico gerava sérias dificuldades para importar, piorando com a diminuição do estoque de gado. A inflação aparecia como um novo problema devido ao déficit fiscal crescente.

Frondizi buscou propiciar um novo equilíbrio nas relações entre a Argentina e os Estados Unidos e também reforçar a identidade latino-americana no discurso diplomático para dissipar as desconfianças que tanto comprometiam a sua pretensão de liderança no mundo em desenvolvimento. De acordo com Mattei e Santos Junior (2009), a abertura ao capital norte-americano, a cooperação econômica internacional e a integração das cadeias produtivas na região estavam na base do projeto desenvolvimentista de corte industrial que a sua equipe deveria implementar.

Para Rapoport (2000), a proposta de desenvolvimento do novo Governo levava em consideração três conceitos fundamentais de política econômica. Primeiramente, fazia-se uma forte crítica ao liberalismo econômico como forma para se obter o desenvolvimento econômico. Se a debilidade do processo de acumulação provinha da própria estrutura e era ampliada com as características do próprio comércio exterior, uma política liberal poderia contribuir para se melhorar a eficiência, entretanto mantinha os mecanismos que bloqueavam a acumulação. Por esse motivo, o Estado deveria intervir de maneira firme, fixando as prioridades em relação aos setores a desenvolver e estabelecer um conjunto de estímulos, tais como uma forte proteção tributária, um regime de promoção industrial — que utilizava uma política tributária favorável e crédito abundante — e o estímulo à criação de tecnologias aplicadas, incentivando o crescimento dos investimentos naqueles ramos que o setor privado não poderia oferecer uma resposta considerada satisfatória.

O segundo conceito era a necessidade de acelerar a proposta de desenvolvimento, pois, com o passar do tempo, a brecha com os países desenvolvidos tenderia a crescer e agravar as dificuldades estruturais, freando paulatinamente a acumulação, aumentando a pobreza e as diferenças regionais.

Por último, a aplicação dessa política desenvolvimentista poderia realizar-se de dois modos. O primeiro consistia em potenciar a acumulação das empresas locais com uma severa distribuição regressiva de renda. No segundo, deveria recorrer-se maciçamente ao capital estrangeiro. O primeiro modo apresentava alguns problemas na sua execução, visto que a contração do consumo poderia desencadear uma crise de superprodução, e a diminuição do nível de vida provocada pela redistribuição de renda geraria muitos problemas sociais, de modo que a política de desenvolvimento somente poderia ser realizada com uma forte repressão que eliminasse por completo a democracia. Por isso, optou-se pelo capital estrangeiro como a única alternativa possível para sustentar o ritmo desejado de expansão das forças produtivas, numa situação de paz social e legalidade.

Devido às razões sociais e à herança política nessa época na Argentina, a questão do consumo interno era considerada mais relevante que a do crescimento econômico. Por isso, segundo Fausto e Devoto (2004), foi decretado um aumento de 60% dos salários básicos, que estavam congelados desde 1956, como parte de uma política que visava ao incremento do consumo, mas, sobretudo, no intuito de cumprir as promessas eleitorais feitas a Perón e aos peronistas e aumentar sua popularidade. Ainda no início do seu governo, Frondizi anunciou a abertura da exploração do petróleo ao capital estrangeiro. Para esses autores, esse fato causou uma polêmica muito forte e conturbou ainda mais o clima que já era tenso, pois a iniciativa da medida ocorreu por meio de decretos presidenciais e não passou pela aprovação do Congresso Nacional.

Conforme a concepção teórica desenvolvimentista, a indústria-chave por excelência era a siderúrgica. Entretanto a situação da Argentina exigia o afastamento desse caminho proposto, visto que o déficit energético condicionava qualquer estratégia que não o levasse em consideração. Desde 1957, o setor de energia era representado principalmente pela combustão de derivados do petróleo, mineral que era consumido quase 14 milhões de m³ por ano, enquanto eram extraídos localmente apenas quatro milhões. A importação de petróleo representava quase 25% das compras externas totais, totalizando cerca de US\$ 350 milhões, quantia que superava o déficit comercial do País.

Para Fausto e Devoto (2004), a política econômica de Frondizi mostrou a possibilidade de acelerado lançamento de uma política agressiva de investimentos orientada para a expansão da capacidade produtiva em setores considerados essenciais, como combustíveis e indústrias dinâmicas.

De acordo com Rapoport (2000), qualquer esforço em direção ao crescimento econômico supunha aumentar o consumo de energia, fato que elevava a demanda por importações e dificultava ainda mais o já problemático

equilíbrio das contas externas. O Governo então tinha como objetivo principal obter o autoabastecimento do petróleo, que parecia ser uma condição imprescindível para o desenvolvimento econômico do País. Contudo o avanço na extração local do petróleo não era uma tarefa fácil, pois o País não possuía recursos e equipamentos suficientes para incrementar substancialmente a produção no curto prazo. De fato, nos anos anteriores, o crescimento de sua produção havia sido menor que o aumento do consumo, de modo que a brecha a cobrir com importações havia crescido enormemente (Acotto; Giugliano, 2000).

A falta de recursos podia ser superada com o capital estrangeiro, sendo considerada uma questão contraditória de Frondizi. Em 1954, ele havia criticado duramente o contrato que Perón havia estabelecido com a empresa estadunidense Standart Oil, mostrando-se ser contra o capital estrangeiro no País. Contudo começou a mudar seu ponto de vista a partir de sua campanha eleitoral, evidenciando que, sem a ajuda de investimentos estrangeiros, seria impossível resolver o problema do petróleo, posição que gerou muita antipatia dos setores esquerdistas e da direita nacionalista.

A chamada “batalha do petróleo” foi iniciada com a nacionalização das reservas de hidrocarbonetos e a renegociação dos contratos de importação assinados durante a Revolução Libertadora, obtendo uma diminuição de US\$ 5/m³ de parte da British Petroleum. De acordo com Romero (2006), o autoabastecimento do petróleo era uma pré-condição para a adoção política de desenvolvimento. No mesmo ano, lançou-se a “batalha do aço”, demonstrando que o aço também era um produto muito importante para a política desenvolvimentista.

Na política econômica de Frondizi, as exportações não tinham um papel de extrema importância, visto que foram dificultadas pela falta de capacidade em aumentar seus preços e pelo controle estrangeiro dos mercados exportadores.

O governo de Frondizi introduziu mudanças severas na política econômica e uma nova estratégia para combater o estrangulamento do balanço de pagamentos. Conforme Ferrer (2006), o que o novo governo entendia era que os déficits no balanço de pagamentos eram decorrentes do subdesenvolvimento das indústrias básicas e da dependência das importações de materiais industriais essenciais, como o aço e os produtos químicos. O crescimento industrial das últimas décadas havia tido importante contribuição para o agravamento do problema. Dado que seu epicentro estava nas indústrias leves, havia a necessidade de importar bens de capital, insumos intermediários e combustíveis.

Segundo Rapoport (2000), a crescente transferência de valor através da deterioração dos meios de intercâmbio era considerada a causa da infla-

ção e do persistente déficit comercial que afetavam a Argentina, e não poderiam ser eliminados se não houvesse uma política desenvolvimentista. Dessa maneira, desqualificavam-se aqueles planos que propunham que primeiramente se realizasse uma estabilização para depois se iniciar uma política de crescimento. Quando se atacassem as suas causas, seria impossível obter a estabilização, e o crescimento econômico seria adiado.

Apesar de a industrialização ser vista como a solução para o problema do subdesenvolvimento, além de causadora do estancamento do setor agrícola, originado na baixa disponibilidade de bens de capital e de produtos agroquímicos os quais o País não produzia, ela deveria tomar o caminho inverso ao seguido até então, iniciando por fomentar as indústrias básicas, como a petroquímica, a metal-mecânica, a automotriz, a siderúrgica, a de maquinarias e a geradora de energia (Díaz Alejandro, 2002).

O essencial da política econômica foi marcado pelas leis de permanência de capitais estrangeiros e de promoção industrial, sancionadas em 1958. As novas leis garantiam aos investidores estrangeiros liberdade para a remessa de lucros e para a repatriação do capital. De acordo com Romero (2006), foi estabelecido um regime diferenciado para investimentos em setores considerados essenciais para a nova etapa de desenvolvimento, nos quais se encontravam o siderúrgico, o petroquímico, o de celulose, o automotor, o energético e o petrolífero. Os setores escolhidos eram apontados como o maior gargalo do crescimento industrial. Houve um tratamento preferencial em questões de direitos aduaneiros, créditos, impostos, fornecimento de energia e compras do Estado, como também na proteção tarifária do mercado local.

De acordo com Gerchunoff e Llach (2003), o Governo também se empenhou na construção de obras públicas e em outras metas que diziam respeito à construção de uma ampla rede de estradas, ao mesmo tempo em que seria estimulada a produção nacional de automóveis e caminhões. O que se buscava com o desenvolvimento do setor de transportes era a integração regional. Consta que, naquela época, 50% da população, 70% dos transportes e 80% da atividade industrial nacional estavam situados em um raio de 300km de Buenos Aires. Para o Governo, um mercado unificado proporcionaria uma fonte de demanda consistente para os novos produtos industriais.

Para Frondizi e sua equipe, não se tratava apenas de concretizar esse conjunto de prioridades, mas também de executá-las em um curto período de tempo e em todas as suas partes. Assim, para conseguir o capital necessário para extrair petróleo, construir pontes e estradas, aumentar a produção de aço, estabelecer indústrias químicas e de celulose e obter ferro e carvão, foi imprescindível um massivo aporte de capital externo. Dessa for-

ma, o recurso aos investimentos estrangeiros tornou-se a base de sustentação do projeto desenvolvimentista argentino (Gerchunoff; Llach, 2003).

Para os desenvolvimentistas, não era possível produzir um desenvolvimento industrial espontâneo, já que os custos iniciais de novos empreendimentos, a necessidade de uma etapa de aprendizagem e os interesses vinculados à importação desses bens comprometiam esse processo (Rapoport, 2000). Por isso, foram estabelecidos altos tributos aduaneiros e a sanção de uma lei de promoção industrial, que protegiam a produção nacional e estimulavam as exportações de origem industrial. Também se sabia que a acumulação interna era extremamente fraca para sustentar um processo de desenvolvimento e, portanto, era necessário o estímulo à entrada de capitais externos. A autossuficiência em petróleo quase foi atingida, e a produção de aço e de veículos automotores cresceu de forma espetacular.

A partir de 1958, os ramos industriais que lideravam o crescimento no passado — relacionados aos bens de consumo não duráveis — sofreram uma estagnação relativa, enquanto os de produção de bens intermediários e de bens de consumo duráveis adquiriram um grande dinamismo. Obtiveram destaque os setores petroquímicos e o metal-mecânico.

O desenvolvimento industrial argentino logo assumiu a direção esperada pelo Governo Frondizi. Na área energética, a produção anual de petróleo, que era de 5,6 milhões de metros cúbicos, dois anos e meio depois passou a ser de 16 milhões, e a economia de divisas obtida representou cerca de US\$ 300 milhões anuais (Díaz Alejandro, 2002).

Similar ao crescimento petroleiro foi o crescimento da siderurgia. O início do funcionamento da usina SOMISA fez a produção de aço triplicar. Ademais, também foram iniciadas as explorações de minério de ferro dos reservatórios de Sierra Grande, ao mesmo tempo em que a petroquímica se destacou como uma das atividades com os maiores níveis de investimentos estrangeiros. O aumento das construções, acompanhado pelo incremento do nível geral de investimentos, determinou um importante crescimento na produção de cimento (Gerchunoff; Llach, 2003).

Contudo em nenhuma atividade houve um crescimento tão vertiginoso e desordenado como na indústria automobilística. Segundo Gerchunoff e Llach (2003), cerca de 80% do incremento da produção manufatureira, entre 1958 e 1961, podem ser explicados pela expansão desse ramo industrial. A fabricação de automóveis triplicou em um período de três anos e mostrou-se muito atrativa para os investimentos estrangeiros, atraídos pelas vantagens oferecidas pela percepção de que havia uma demanda reprimida disposta a consumir em grandes quantidades. A indústria automobilística ilustrou, como nenhum outro setor, o ímpeto progressista e a intenção da industrialização desenvolvimentista.

A produção de veículos automotores cresceu rapidamente nos anos de governo do Presidente Frondizi. Observa-se que a produção nacional passou de 28.990 em 1957 para 134.418 em 1961, apresentando uma pequena redução no ano seguinte. Portanto, houve um crescimento de mais de 400% na sua produção durante esses cinco anos.

Portanto, no período 1958-62, a liderança do crescimento da indústria recaiu em setores intensivos em capital, com índices elevados de produtividade e com uma maior complexidade tanto do ponto de vista tecnológico quanto do organizacional. Dessa forma, começaram a ser introduzidas determinadas inovações nos processos produtivos, como o uso de técnicas derivadas da organização científica do trabalho e a implantação mais frequente de cadeias de montagem do tipo fordista.

Não obstante, existia um problema para a continuidade do desenvolvimento. A instalação de novas indústrias exigia um substancial crescimento inicial de importações de bens de capital e de alguns insumos, o que poderia provocar uma situação crítica no balanço de pagamentos argentino. Desse modo, a concretização dos projetos dependia da disponibilidade de créditos no exterior e de um considerável fluxo de investimentos estrangeiros, que deveriam fornecer divisas suficientes para cobrir o déficit comercial que iria ser gerado (Díaz Alejandro, 2002).

A indústria argentina revelou grande crescimento durante os anos do Governo Frondizi, exceto no seu segundo ano, no qual apresentou considerável queda, provocada pela adoção de uma política bastante recessiva. Esse ano que apresentou substancial queda (1959) certamente foi o pior e mais conturbado para indústria local, que conseguiu se recuperar nos anos subsequentes. Os anos de 1960 e 1961 foram os que apresentaram maior crescimento, com taxas de 10% ao ano. Em 1962, o crescimento continuou, contudo a uma taxa menor (5,5%).

Apesar de a indústria apresentar altas taxas de crescimento durante o período frondizista, a estrutura da indústria nacional continuava mostrando vazios em alguns setores de extrema importância. A matriz de importações refletia um evidente déficit de produtos químicos, plásticos, metalúrgicos e siderúrgicos. Entretanto as principais deficiências encontravam-se no setor de maquinarias, instrumentos e materiais de transporte, que em alguns momentos superaram os 50% do valor das importações. A fragilidade desse ramo condicionava toda a estratégia futura de avançar no processo de industrialização, tornando a Argentina muito dependente dos bens de capital e da tecnologia do exterior. Portanto, apesar dos grandes avanços realizados, a industrialização seguia incompleta e desintegrada (Díaz Alejandro, 2002).

A política desenvolvimentista provocou um grande aumento nos gastos públicos. Houve aumento salarial dos trabalhadores, e também foi lançado um amplo programa de construção de obras públicas. Já que os últimos meses do Governo Aramburu haviam deixado um grande déficit fiscal, esses financiamentos tinham de ser realizados através de expansão da oferta monetária. A grande expansão de moeda fez a economia crescer, mas com isso também apareceu o fenômeno inflacionário, que rapidamente corroeu os reajustes salariais (Fausto; Devoto, 2004).

Os gastos estatais aumentaram profundamente desde 1957, somente sendo contidos em 1959, com a adoção da política de estabilização. Em 1958, houve um incremento de mais de 100% dos gastos e, em 1959, um aumento de mais de 70%, apresentando uma elevação quantitativamente maior se comparada à do ano anterior.

A razão déficit fiscal/PIB também se elevou de 1957 para 1958, conseguindo recuperar-se no ano seguinte. Nos dois anos subsequentes, logrou valores próximos a de 1957, mas voltou a apresentar alta substancial em 1962, outro ano de crise no Governo Frondizi. A forte expansão monetária efetuada pelo Governo gerou elevada inflação e sérias dificuldades no controle do balanço de pagamentos. No fim de 1958, apenas após oito meses do início do mandato de Frondizi, o País pediu ajuda externa ao FMI, e foi lançado um plano de estabilização. De acordo com Romero (2006), foi aplicado um programa ortodoxo de desvalorização, congelamento de salários e eliminação de controles e regulamentações estatais, cujas consequências foram uma sensível redução de renda dos trabalhadores e um desemprego generalizado.

Em meados de 1959, Frondizi tornou o plano ortodoxo ainda mais drástico, com a nomeação de Álvaro Alsogaray para o Ministério da Economia. O novo ministro era um liberal ortodoxo que possuía um bom relacionamento com os militares, fator que era facilitador ao Presidente no sentido de desenvolver a política econômica. Alsogaray aprofundou a tendência recessiva do plano, efetuando uma forte contração da oferta monetária através do aumento do depósito compulsório dos bancos e o corte dos gastos públicos, o que acabou provocando até mesmo atrasos nos pagamentos de fornecedores e funcionários públicos (Ferrer, 2006).

A inflação subiu bastante em 1959, atingindo variação de 129,5% no Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e 133,4% no atacado. A política de estabilização conseguiu reduzi-la no ano seguinte, diminuindo mais ainda em 1961. Contudo, em 1962, com o fim da política de estabilização, o índice de preços chegou a um percentual próximo ao de 1960 (no IPC).

Ademais, as importações também aumentaram bastante, graças à grande demanda de insumos da indústria em expansão, o que reduziu em

grande quantidade as reservas internacionais do País. Para a continuidade da política desenvolvimentista, era necessário que houvesse importação de bens de capital e intermediários, os quais não poderiam ser produzidos em quantidades suficientes no País.

Em 1959, a crise econômica deixava Frondizi numa situação muito dificultada. Havia uma forte mobilização social, e as revoltas populares multiplicavam-se. No ano seguinte, o Governo implementou um plano contra a agitação social conhecido como Plano Conintes, voltado para a repressão das atividades terroristas e afins, mas também daqueles que agissem como instigadores, promotores e cúmplices da subversão da ordem.

De acordo com Díaz Alejandro (2002), a economia já dava sinais de melhora em 1960, com os investimentos estrangeiros sofrendo elevados incrementos. Nesse ano, o Ministro Algosaray foi substituído por outro também de ideais ortodoxos, Roberto Alemann, que não promoveu mudanças substanciais na política econômica até então exercida.

O desenvolvimentismo argentino resultou basicamente da combinação de investimentos e créditos estrangeiros com políticas monetárias e fiscais ortodoxas, o que implicava a limitação do papel do Estado como dinamizador da economia. O objetivo prioritário era o equilíbrio fiscal, o que implicava uma tendência em reduzir o Estado empreendedor, que fora promovido por Perón nos anos de seu governo (Acotto; Giugliano, 2000).

No início de 1961, Frondizi encerrou a política de estabilização, adotou uma política social mais flexível e se lançou à árdua tarefa de enfrentar eleitoralmente os peronistas, cuja proibição não poderia ser mais mantida. A economia começava a desandar, afetada principalmente pela queda dos investimentos externos (Rapoport, 2000).

No início do Governo Frondizi, o déficit na produção petrolífera demonstrava o quadro de dependência externa, já que a produção nacional de combustíveis e de produtos industriais básicos era insuficiente. A composição das importações explicita essa situação de dependência externa. Em 1957, as importações de petróleo ultrapassaram US\$ 300 milhões e representaram quase um quarto. Metade das importações era basicamente composta por produtos siderúrgicos e outros materiais destinados ao abastecimento da indústria manufatureira. O objetivo buscado, portanto, era o rápido desenvolvimento das indústrias de base e de petróleo (Ferrer, 2006). O setor de maquinarias revelou-se o oposto da situação do petróleo. Para um processo mais avançado de substituição de importações, exigia-se uma mudança na composição dos produtos importados, como é o caso dos bens de capital e intermediários. Logo, verifica-se que as maquinarias passaram de 24,2% em 1957 para 45,3% em 1961.

Em relação à balança comercial, houve déficit em quase todos os anos do Governo Frondizi. Somente em 1959, com a presença de uma política fortemente contracionista, foi observado um superávit, da ordem de US\$ 16 milhões. Nesse ano, as importações sofreram uma redução considerável, enquanto as exportações continuaram em valores próximos aos dos dois anos anteriores. A relação exportações/PIB oscilou entre 8,7 e 12,0 no período de 1957 a 1962, demonstrando ser um índice relativamente estável no período.

O PIB apresentou elevadas taxas de crescimento real em quase todos os anos do Governo Frondizi. Apenas em 1959 e 1962 houve decréscimos, sendo que no primeiro foi muito relevante, o que confirmou o pior ano da administração frondizista, determinado pela política ortodoxa de 1959. O segundo ano de queda (1962) confirmou outra crise do Governo Frondizi, que não suportou mais um ano no poder.

Nos anos que se seguiram após o Peronismo, a economia argentina não apenas se transformou substancialmente, mas, no conjunto, cresceu, apesar de menos que o esperado. No setor industrial, houve o crescimento de setores novos e a retração de alguns tradicionais. Na agricultura, as melhorias tecnológicas foram responsáveis pelo aumento substancial da produção. As crises surgiam com regularidade e foram seguidas por políticas econômicas de estabilização (Romero, 2006).

Os ciclos econômicos durante o processo de industrialização argentino determinavam qual o setor iria ser mais beneficiado. Quando a economia estava numa fase ascendente, as importações de bens de capital e produtos intermediários eram incrementadas devido à aceleração no processo produtivo, favorecendo aos industriais. Essa conjuntura gerava déficits na balança comercial, obrigando o Governo a realizar política de ajuste, como através da desvalorização da moeda nacional. Isso fazia com que as importações fossem reduzidas, visto que os produtos estrangeiros se tornaram muito “caros”, marcando uma fase descendente da indústria. Assim, as exportações cresciam e poderiam gerar divisas suficientes para uma nova fase de ascensão da indústria (Rapoport, 2000).

Contudo as desvalorizações cambiais não apresentavam um resultado muito satisfatório, porque, após a Segunda Guerra Mundial, a demanda por produtos agropecuários havia deixado de ter um caráter expansivo como consequência das políticas protecionistas dos países desenvolvidos.

Isso explica a notável redução da participação argentina no comércio mundial entre as décadas de 40 e 60. A evolução da participação dos três principais produtos exportados argentinos — carne de gado, trigo e milho —, que nos anos anteriores à Segunda Guerra Mundial era de 55%,

26% e 60% respectivamente, nos anos iniciais da década de 60 passou a ser 30%, 10% e 20% do comércio mundial total.

Os novos setores industriais, como petróleo, aço, celulose, produtos petroquímicos e veículos automotores cresceram aceleradamente devido a incentivos e aproveitando a existência de uma demanda insatisfeita e crescente. Já os setores que lideraram o crescimento no período peronista, como têxtil e de eletrodomésticos, estagnaram-se ou até mesmo encolheram, pois o seu mercado já estava saturado. Houve também a concentração da indústria, mudando a estrutura relativamente dispersa herdada da etapa peronista (Gerchunoff; Llach, 2003).

Apesar de o Governo Frondizi não ter conseguido resolver os problemas mais sérios da economia argentina, conseguiu superar o permanente déficit energético do País, além de fabricar um processo de capitalização, modernização e concentração em vários setores industriais. Isso se revelou de profunda importância para a continuidade do desenvolvimento econômico e social argentino nos anos seguintes, deixando uma herança que seria de extrema utilidade.

Com a introdução de tecnologias intensivas em capital, ocorreram uma queda da ocupação e uma deterioração salarial. Entre 1956 e 1959, os salários reais decresceram mais de 30%, quedas em grande parte provocadas pela política extremamente recessiva de 1959. Já em 1960, houve uma tendência ascendente, que se confirmou no governo do Presidente Illia, que assumiu o cargo de Presidente em 1962, após a queda de Frondizi.

Em relação à participação dos trabalhadores na renda nacional, houve uma recuperação parcial a partir da política de estabilização de 1959, voltando a crescer em 1961, atingindo 42,4%. Esse valor, que em 1955 era de 49,8%, tinha sido reduzido consideravelmente até 1960, chegando a 39%.

Durante a década de 60, confirmou-se uma tendência, perceptível desde meados da década de 40, que marcava uma diminuição dos gastos básicos da população urbana — moradia e alimentação. Houve um incremento do consumo considerado excedente, ou seja, compra de bens duráveis e de serviços de saúde e educação, principalmente os bens gerados pela nova fase de industrialização.

A política frondizista de desnacionalização da economia, com o incentivo aos investimentos de capitais estrangeiros, concorreu para que, em 1962, sendo taxado de antinacionalista, em virtude das concessões dadas ao capital estrangeiro e de empréstimos junto ao Banco Mundial, e também taxado de antipopular, ele fosse deposto através de mais um Golpe Militar. A situação complicou-se quando os militares começaram a perceber tendências esquerdistas em Frondizi e sua equipe. O encontro do Presidente com Ernesto Che Guevara foi o ponto decisivo para que as Forças Armadas

aumentassem as pressões sobre seu governo. Junto a esse fato, o apoio peronista ao Governo foi reduzindo-se ao longo de seu mandato. Dessa maneira, depois de seguidas crises políticas, as forças armadas novamente interferiram no processo democrático argentino e depuseram Frondizi em 1962.

Considerações finais

Um dos fatores importantes que devem ser ressaltados é que, quando Perón assumiu o poder, encontrou um país em boas condições financeiras, com uma relação próspera com o exterior, evidenciada pela grande quantidade de reservas acumuladas no período da Segunda Guerra Mundial. Assim, foi essa situação favorável que permitiu a realização de grandes investimentos no setor industrial pelo Estado. A política do governo peronista foi financiada pela queima dessas reservas, que foram diminuídas substancialmente ao longo dos anos de governo. Isso prejudicou extremamente o País, que com a redução de reservas não conseguia realizar os gastos e investimentos que a economia argentina necessitava. O Governo Perón incentivou o processo de industrialização do País, pois acreditava que o crescimento econômico deveria basear-se na expansão do mercado interno, criticando o modelo anterior visto como extremamente dependente do mercado internacional. A questão do crescimento econômico não foi satisfatória, já que a economia argentina apresentou altas taxas somente nos primeiros anos, devido à situação externa amplamente favorável. Nos anos seguintes, as reservas internacionais tornaram-se escassas, e o crescimento decaiu bastante em relação aos anos anteriores. Com as reservas reduzidas, o Governo não conseguiu continuar a realizar os investimentos e as melhorias na qualidade de vida da população em quantidades suficientes. O resultado da política econômica peronista revelou um aumento relevante dos gastos estatais, gerados principalmente pela política populista para a população de baixa renda e pela política de nacionalização de empresas.

Já Frondizi implementou um programa econômico desenvolvimentista, que tinha a incumbência de retirar o País de uma situação de dificuldades econômicas em que se encontrava desde o início dos anos 50. Esse programa privilegiou investimentos do Estado na indústria de base e petroquímica, além do setor de transportes. Foram sancionadas as leis de permanência de capitais estrangeiros e de promoção industrial, garantindo aos investidores estrangeiros liberdade para a remessa de lucros e para a repatriação do capital. No início do Governo Frondizi, as reservas internacionais eram muito reduzidas, além de uma substancial parte já estar comprometida

para o pagamento dos vencimentos vindouros de empréstimos externos. Esse panorama econômico revelava sérias dificuldades para importar, o que comprometia o processo desenvolvimentista. Dessa forma, o capital estrangeiro teve papel fundamental na promoção do desenvolvimento e na modernização do setor industrial argentino.

Além disso, nos últimos anos da década de 50, havia uma enorme dependência externa argentina em relação ao petróleo, já que a produção nacional de combustíveis e de produtos industriais básicos não era satisfatória. Frondizi anunciou a abertura da exploração do petróleo ao capital estrangeiro no intuito de diminuir essa dependência. Houve um grande incremento na produção petroleira nos anos de seu governo. O setor siderúrgico também logrou um grande crescimento, assim como a indústria automobilística, que foi o ramo industrial mais destacado.

O Governo Frondizi teve muitos méritos em conseguir superar o déficit energético do País, além de realizar um processo de modernização e incremento da indústria. A sua política desenvolvimentista permitiu que a Argentina pudesse lograr altos níveis de desenvolvimento econômico nas décadas de 60 e 70, devido à capacidade ociosa produtiva deixada pelo seu governo.

Referências

ACOTTO, A. I. L.; GIUGLIANO, A. A. El proyecto modernizador en Argentina y Brasil e los años cincuenta: un estudio comparado. **Revista América Latina Hoy**, Salamanca, n. 11-12, p. 131-138, dic. 2000.

BULLMER-THOMAS, V. **La historia económica de américa latina desde la independencia**. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

BUSSOLA, D. As empresas de serviços públicos na Argentina (1800-2000). **Revista Análise Social**, Lisboa, v. 43, n. 189, p. 721-747, out. 2008.

CANDEAS, A. W. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF, v. 48, n. 01, p. 179-213, jan./jun. 2005.

CARABALLO, L.; CHARLIER, N.; GARULLI, L. **Documentos de historia argentina: 1955-1976**. Buenos Aires: Eudeba, 1998.

CORTÉS CONDE, R. **Hispanoamérica: la apertura al comercio mundial (1850-1930)**. Buenos Aires: Paidós, 1974.

CORTÉS CONDE, R. **La economía argentina en el largo plazo (siglos XIX e XX)**. Buenos Aires: Sudamericana, 1997.

CORTÉS CONDE, R. Problemas del crecimiento industrial de la Argentina (1870-1914). **Revista Desarrollo Económico**, Buenos Aires, v. 3, n. 1-2, p. 143-171, 1963.

DIAZ ALEJANDRO, C. **Ensayos sobre historia económica argentina**. Buenos Aires: Amorrortu, 2002.

DIRIÉ, C. **El Estado intervencionista en la Argentina**. 1981. Disponível em: <<http://www.amersur.org.ar>>. Acesso em: 10 set. 2009.

FAUSTO, B.; DEVOTO, F. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1885-2002)**. São Paulo: Editora 34, 2004.

FERRER, A. **A economia argentina: de suas origens até o início do século XXI**. São Paulo: Campus, 2006.

FURTADO, C. **A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GERCHUNOFF, P.; LLACH, L. **El ciclo de la ilusión y del desencanto**. Buenos Aires: Ariel, 2003.

HAINES, A. F. **O Peronismo: um fenômeno argentino, uma interpretação da política econômica argentina 1946-1955**. 2008. 346f. Tese de Doutorado em Economia do Desenvolvimento — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

HALPERIN DONGHI, T. **Historia contemporânea de América Latina**. Buenos Aires: Anaya, 2005.

LENZ, M. H. **Crescimento econômico e crise na Argentina de 1870 a 1930: a Belle Époque**. Porto Alegre: UFRGS; FEE, 2004.

LENZ, M. H. Crise e negociações externas na Argentina no final do século XIX: o início da insustentabilidade do modelo aberto. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 375-399, ago. 2006.

MATTEI, L.; SANTOS JUNIOR, J. A. dos. Industrialização e substituição de importações no Brasil e na Argentina: uma análise histórica comparada. **Revista de Economia da UFPR**, Curitiba, v. 35, n. 1, p. 93-115, jan./abr. 2009.

RAPOPORT, M. **Historia económica, política e social de la Argentina**. Buenos Aires: Machhi, 2000.

REZENDE, C. de B. F. **História econômica geral**. São Paulo: Contexto, 2005.

ROMERO, L. A. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SOUZA, L. E. S. de. Alicerçando o subdesenvolvimento: história e política econômica na Argentina, 1943-1983. **Revista de Economia Política e História Econômica**, São Paulo, n. 12, p. 119-151, jun. 2008.